



Índice

- 01** [Indigenistas criam ONG Xavante em Nova Xavantina](#)
- 02** [Parteiras indígenas do AM participam de encontro do Ministério da Saúde](#)
- 03** [Reunião entre PRF e índios busca amenizar clima de tensão em MT](#)
- 04** [IPHAN-AC promove consulta sobre o pedido de Registro do Kene, do povo Huni Kui](#)
- 05** [Indígenas chilenas instalam energia solar no deserto de Atacama](#)
- 06** [Unifesp realiza aula inaugural do Curso de Saúde Indígena](#)
- 07** [Planos de gestão de terras indígenas serão lançados em Poconé-MT](#)
- 08** [Licitação para construção de escola indígena em Inácio Martins é homologada](#)
- 09** [Povos Indígenas de Roraima encaminham carta ao Governo Federal](#)
- 10** [Condsef debate Saúde Indígena, Gacen e Gecen em reuniões no Ministério da Saúde](#)
- 11** [Indígenas buscam Defensoria Pública para retificação de Registro Civil](#)
- 12** [Quilombolas fazem acordo e deixam sede do Incra, em São Luís](#)
- 13** [Cultura de comunidades quilombolas é retratada em Exposição fotográfica](#)
- 14** [Primeira orquestra quilombola do Brasil recebe patrocínio do Oi Futuro](#)



Indigenistas criam ONG Xavante em Nova Xavantina

SÍTIO CIRCUITOMT, 14.03.2013

Indigenistas criam ONG Xavante em Nova Xavantina Criada em fevereiro e homologada agora, a ONG Xavante de Nova Xavantina tem como principal objetivo debater as questões dos povos indígenas com a população local, ainda a criação de um reserva indígena ecológica para visitação turística e a criação da casa da cultura indígena na cidade.

Gabriel Muria, indigenista e articulador da ONG junto aos povos Xavantes do município disse que é um demanda dos próprios índios, "eles me procuraram para que articulasse essa reunião para a criação de uma associação indígena em Nova Xavantina que a muito tempo está precisando", disse ele.

Para ele o principal foco da associação é os direitos dos povos indígenas, desde os direitos de imagens, direito cultural, além de uma aproximação maior e diálogo entre índios e não índios, "a cidade de Nova Xavantina tem um potencial muito grande, e pode ser modelo da transição intercultural entre brancos e índios", disse Gabriel.

A principal reclamação dos indígenas são que a Funai é muito ineficiente, e apesar do município de Nova Xavantina não ter nenhuma aldeia indígena a presença dos índios é perceptível e a associação vai colaborar para que eles sejam bem recebidos e possam viver dignamente na cidade com os brancos.



Parteiras indígenas do AM participam de encontro do Ministério da Saúde

SÍTIO G1, 14.03.2013

Mulheres indígenas do município de Parintins, a 369 Km de Manaus, vão participar de um curso de capacitação para parteiras tradicionais. A ação, coordenada pelo Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), ocorre entre os dias 18 a 22 de março. O encontro atende às ações da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, por meio do Programa Rede Cegonha, do Ministério da Saúde.

De acordo com o DSEI, a realização do curso ocorre em virtude da "diversidade cultural, geográfica da região e do grande número de mulheres que têm filhos assistidas por parteiras tradicionais".

A coordenadora distrital, Paula Cristina Rodrigues, disse que o objetivo é unir a medicina tradicional com ações de saúde convencionais é um dos pilares da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI).

Segundo ela, a capacitação oferecerá orientações, melhores condições de trabalho e instrumentos adequados às parteiras. "Tudo isso vai dar tranquilidade na hora do parto domiciliar em área indígena, para que este ocorra em condições dignas e seguras possibilitando melhoria na assistência dada por parteiras tradicionais indígenas", destacou.

O curso atende a solicitação feita pela Organização de Agentes Indígenas de Saúde Satere Mawe dos Rios Marau, Urupadi, Miriti, Majuru e afluentes (MOMUPE) e acontece com parceria da Secretaria Municipal de Saúde de Maués (AM).



Reunião entre PRF e índios busca amenizar clima de tensão em MT

SÍTIO EXPRESSOMT, 14.03.2013

Uma reunião entre índios, policiais rodoviários federais e autoridades locais foi realizada na terça-feira (12), em uma aldeia xavante na região de Primavera do Leste/MT. Na ocasião foi discutida a tensão crescente entre ambas as partes desde o mês passado, após um índio ter sido flagrado por agentes da PRF transitando com um carro furtado na BR-070. Na tentativa de acalmar os ânimos, a PRF procurou lideranças indígenas e autoridades locais para que houvesse um diálogo.

Além de caciques, índios da etnia xavante e representantes dos bororos da aldeia Merule, também estiveram presentes o Superintendente Regional da PRF, Weller Sanny Rodrigues da Silva, o chefe da Delegacia da PRF em Primavera do Leste, a Prefeita Municipal de General Carneiro, vereadores de Primavera do Leste, representantes da Prefeitura de Poxoréo, entre outras autoridades. A reunião aconteceu na aldeia Sangradouro, que fica entre Primavera do Leste e Barra do Garças, nas proximidades da BR-070.

Relembre o caso

No dia 18 de fevereiro, um índio xavante foi flagrado pela Polícia Rodoviária Federal dirigindo um carro furtado. No dia seguinte, um grupo saqueou a carga de um veículo que estava quebrado às margens da BR-070. Quando uma equipe da PRF chegou ao local foi cercada pelos indígenas, que ameaçavam e chegaram a agredir os policiais. Além disso, alguns objetos que estavam dentro da viatura foram furtados. Os índios exigiam a devolução do carro que havia sido apreendido.



IPHAN-AC promove consulta sobre o pedido de Registro do Kene, do povo Huni Kui
SÍTIO IPHAN, 14.03.2013

Dando sequência aos encontros povo indígena Huni Kuĩ sobre o pedido de Registro do Kene como Patrimônio Cultural do Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Acre (IPHAN-AC) realiza, até o próximo sábado, dia 16, encontro na Terra Indígena do Alto Rio Purus. É o terceiro da série de quatro encontros. O primeiro, ocorrido entre os dias 9 e 15 de fevereiro, foi na Terra Indígena do Igarapé do Caucho. Também em fevereiro, de 17 a 22, a reunião foi na Terra Indígena Katukina/Kaxinawá.

O Fórum Geral Fechando a Volta será na cidade de Tarauacá, entre os dias 15 e 17 de abril. As reuniões têm como objetivo esclarecer sobre o processo de registro e estreitar os laços com as comunidades locais para promover uma gestão mais compartilhada do patrimônio. Deste encontro sairá o posicionamento do povo Huni Kuĩ, anuindo ou não com o registro do Kene como Patrimônio Cultural Brasileiro. As primeiras reuniões contaram com represen

O pedido de Registro é de 2006, feito por lideranças e organizações representativas do povo Huni Kuĩ, para combater os usos ilegítimos do Kene, que vem sendo comercializado sem autorização do povo Huni Kuĩ. O Kene é o nome que se dá aos desenhos geométricos tradicionalmente aplicados à cerâmica, tecelagem, arte em palha, miçanga e ainda à pintura corporal do povo Huni Kuĩ, o maior grupo indígena do estado do Acre, conhecidos também como Kaxinawá. Com aproximadamente 8,2 mil pessoas (IBGE, 2008) os Huni Kuĩ estão divididos em 12 terras indígenas legalmente demarcadas.



Indígenas chilenas instalam energia solar no deserto de Atacama

SÍTIO TERRA, 14.03.2013

Três povoados indígenas do altiplano do Chile acabam de receber equipamentos de energia solar. As destinatárias são cinco moradoras que cruzaram o planeta e as barreiras idiomáticas para aprender na Índia técnicas fotovoltaicas que agora aplicam em suas aldeias. As atacamenhas Luisa e Liliana Terán, primas da comunidade Caspana, as quechuas Elena Achú e Elvira Urrelo, de Ollagüe, e a aymara Nicolasa Yufila, de Toconce, têm o desafio de instalar esses equipamentos e revelar seus mistérios aos habitantes dos três povoados, com pouco menos de mil pessoas.

Nessas localidades, a mais de três mil metros de altitude e quase no limite com a Bolívia, não há eletricidade e a água escasseia. "Temos luz por gerador apenas duas horas e meia por dia à noite", contou à IPS por telefone a artesã em pintura rupestre Luisa Terán.

No ano passado, as cinco viajaram para a aldeia indiana de Tilonia, no Estado de Rajastã, onde fica a sede do Barefoot College (Universidade Descalça). Ali, durante seis meses treinaram para instalar painéis solares, fabricar lâmpadas e fazer manutenção. "Recebemos a informação de que procuravam mulheres entre 35 e 40 anos para se capacitarem na Índia. No começo me interessei, mas quando soube que eram seis meses, duvidei. Era muito tempo longe da família", contou Terán.

Incentivada por sua irmã, que cuidou de suas duas filhas, e de sua mãe, decidiu fazer a viagem, mas saiu de seu povoado sem contar a mais ninguém. Agora, teme ter esquecido o que aprendeu, após seis meses sem aplicar seus conhecimentos. "Sabia o que enfrentaria, mas demorei três meses para me adaptar, principalmente à comida e ao imenso calor que fazia", afirmou.

As cinco partiram em 15 de março de 2012, por meio de uma iniciativa organizada pelo Barefoot College, o chileno Serviço Nacional da Mulher (Sermam), a Secretaria Regional Ministerial de Energia e a empresa italiana Enel Green Power, que doou o equipamento. Cada kit solar que chegou este mês às comunidades consta de um painel de 12 watts, uma bateria de 12 watts, uma lâmpada LED de quatro amperes e uma caixa de controle de oito amperes.

O Barefoot College, criado em 1972, trabalha com comunidades rurais vulneráveis e inacessíveis, e em particular com as mulheres. Até o momento, 700 mulheres de 49 países da Ásia, África e América Latina fizeram o curso para se converterem em "engenheiras solares descalças". Isto as faz responsáveis por instalar, reparar e dar manutenção às unidades fotovoltaicas em suas aldeias, por um período mínimo de cinco anos, e montar uma oficina eletrônica rural, onde guardar os componentes necessários e que funcione como uma minicentral elétrica com potência de 320 watts/hora.



Unifesp realiza aula inaugural do Curso de Saúde Indígena

SÍTIO JORNALBRASIL, 14.03.2013

No dia 14 de março, às 14h, aconteceu a aula inaugural do curso de especialização em Saúde Indígena da Unifesp, no Anfiteatro Marcos Lindemberg - Rua Botucatu, 862, Edifício dos Anfiteatros, 2º andar.

A atividade tem o objetivo de apresentar a área de Saúde Indígena e sua sede – a própria Unifesp – aos participantes, uma vez que as atividades seguintes serão realizadas em outros polos e via internet.

Na ocasião, os envolvidos assistirão a uma apresentação sobre a história do Projeto Xingu e seu idealizador, o professor Roberto Baruzzi, além de obterem informações sobre o ambiente virtual do curso, seus docentes e tutores. Além dos alunos já inscritos e selecionados, o evento é aberto ao público, mais especificamente aos que têm interesse em Saúde Indígena e Indigenismo.

A mesa de abertura contará com a presença da reitora da Universidade, Soraya Smaili; do Secretário de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Antonio Alves; do Coordenador de Educação à Distância da CAPES/MEC, João Carlos Teatini, entre outros representantes da Unifesp.

Sobre a Especialização em Saúde Indígena

Enquadrado na categoria de pós-graduação *Latu Sensu*, o curso é gratuito e subsidiado pelo Sistema UAB/Unifesp (Universidade Aberta do Brasil), vinculado à CAPES. Tem como objetivo geral formar profissionais especialistas em saúde indígena, com competências antropológicas, políticas, epidemiológicas e de saúde pública.

“Pretendemos organizar e socializar os conhecimentos produzidos pela instituição, além de desencadear novos processos de discussão e reflexão sobre questões de saúde da população indígena nas áreas de trabalho dos alunos”, explica a coordenadora geral do curso e docente do Departamento de Medicina Preventiva da Unifesp, professora Lavínia Oliveira.

Com duração total de 15 meses, a programação envolve temas como: Adaptação ao Ambiente Virtual de Ensino, Políticas e Organização dos Serviços de Saúde Indígena, Antropologia e Saúde, Intervenções Clínicas Voltadas Para a População Indígena Brasileira, Epidemiologia Aplicada e Processos Educativos em Saúde Indígena.

Por tratar-se de um curso à distância, exige-se do aluno a disponibilidade para acessar o ambiente virtual duas horas por dia, ou 10 horas por semana. Encontros presenciais também fazem parte da programação e serão realizados nos polos situados em Coari (AM), Lucas do Rio Verde (MT), Palmas (TO), Aracruz (ES), Cubatão (SP) e João Pessoa (PB), com agendamento prévio e presença obrigatória, para que sejam aplicadas atividades avaliativas, orientação e apresentação de monografia, que é uma exigência formal para conclusão.



Planos de gestão de terras indígenas serão lançados em Poconé-MT

SÍTIO UOL, 14.03.2013

Os primeiros planos de gestão territorial na bacia do rio Juruena serão lançados oficialmente no dia 21 de março de 2013, em um grande evento que vai reunir em Poconé cerca de 120 indígenas. A publicação dos planos de gestão das terras indígenas Myky, Manoki e Pirineus de Souza é um marco para a região e para o estado, pois sistematiza um conjunto precioso de informações elaboradas e definidas pelos indígenas em relação ao registro de seus modos de vida, desafios, ameaças ao território e à cultura, perspectivas, necessidades e demandas.

Agora, Mato Grosso poderá conhecer pela primeira vez três planos de gestão de áreas localizadas integralmente no estado. Em 2008, o povo Paiter Suruí, da Terra Indígena Sete de Setembro (RO/MT), concluiu este trabalho, que está sendo também realizado atualmente pelos Rikbaksa, Bakairi e diversos grupos xinguanos junto à FUNAI e outros parceiros.

“Será uma oportunidade para os povos indígenas darem visibilidade a outros modelos de gestão valorizando relações com a natureza que não são mercadológicas, com respeito aos locais sagrados e uso tradicional dos territórios”, avalia Artema Lima, educadora ambiental do Projeto Berço das Águas, executado pela Operação Amazônia Nativa (OPAN), que apoiou a construção dos planos de gestão. A iniciativa é patrocinada

Os planos de gestão são um importante instrumento para a reflexão coletiva sobre as diferenças do modo de vida antes e depois das demarcações. Por isso é fundamental pensar os territórios considerando as limitações e pressões do entorno para planejar as atividades tradicionais e de geração de renda de forma sustentável. Além deste propósito, os planos são uma ferramenta política e poderão facilitar o relacionamento dos povos com parceiros, órgãos do poder público e da sociedade civil.

O processo de elaboração dos planos de gestão territorial Manoki e Myky começou em 2011 como parte das ações do Projeto Berço das Águas, que abrangeu ainda o apoio ao manejo tradicional indígena e à estruturação de cadeias de produtos da sociobiodiversidade na bacia do rio Juruena. Já a atuação com os subgrupos Sabanê, Manduca, Tawandê, Nechuandê, Ialakolorê e Idalamarê da Terra Indígena Pirineus de Souza se desenvolveu em 2012, contando ainda com ações de apoio à produção de roças tradicionais. Todas essas experiências vêm sendo conduzidas em consonância com a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (PNGATI), sancionada no dia 5 de junho de 2012 pela presidente Dilma Rousseff.

Esta política tem como objetivos a proteção, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos das terras indígenas, assegurando a autonomia sociocultural de suas populações. Em todo o momento, os indígenas apontam a necessidade de estabelecer processos permanentes de fomento à sustentabilidade nas terras indígenas associando alternativas econômicas e proteção ambiental. Isso reforça a necessidade de se reconhecer que não basta demarcar, mas é preciso apoiar iniciativas que promovam as condições necessárias aos modos de vida próprios desses povos em seus territórios, cujos recursos naturais estão frequentemente limitados e ameaçados pelos empreendimentos implantados em seu entorno.



Licitação para construção de escola indígena em Inácio Martins é homologada
SÍTIO UOL, 14.03.2013

Quatro salas de aula, dois laboratórios didáticos, cinco salas administrativas e pedagógicas, além de banheiros, cozinha, refeitório e acessibilidade. Toda essa infraestrutura estará à disposição dos alunos da escola estadual indígena Arandu Miri. Na edição de quarta-feira, 13, do Diário Oficial do Estado foi homologada a licitação para construção do estabelecimento de ensino na comunidade de Rio da Areia, interior de Inácio Martins.

O projeto será executado por meio de um convênio com a Secretaria do Estado da Educação.

O processo para construção da escola foi licitado no dia 28 de dezembro. A empresa Korchak & Korchak Ltda., com sede em Guarapuava, venceu a concorrência pública e irá executar o projeto por R\$ 1.400.969,61.

Os professores que irão ministrar aulas na escola Arandu Miri serão preferencialmente da comunidade indígena visando à valorização do próprio dialeto. Durante as aulas será ministrado o conteúdo normal das escolas e a língua indígena (Guarani).

Reformas

Ainda nesta semana a Secretaria de Estado da Educação homologou licitações para obras de melhorias e reparos em escolas estaduais dos municípios de: Nova Prata do Iguaçu, Barracão e Formosa do Oeste. O investimento de R\$ 2,9 milhões vai beneficiar 1.700 alunos da rede estadual de ensino, além de professores e de funcionários das escolas.



Povos Indígenas de Roraima encaminham carta ao Governo Federal

SÍTIO CIMI, 14.03.2013

O Conselho Indígena de Roraima (CIR) realiza nesta semana a 42ª Assembleia dos Povos Indígenas de Roraima, no Lago Caracaranã, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. No encontro que acontece no período de 11 a 15 de março, as lideranças indígenas da região discutem a sustentabilidade ambiental, a promoção do acesso e efetivação dos direitos indígenas, sua participação nas políticas públicas indígenas, o enfrentamento das situações de violência, bem como o Planejamento Estratégico de 2013 a 2015 do Conselho. Durante o evento, os presentes elaboraram uma carta endereçada à presidenta Dilma Rousseff, solicitando a implantação de medidas que atendam às reivindicações dos indígenas da região. Leia a carta na íntegra abaixo:

Carta à Presidenta da República Dilma Rousseff

Nós, Povos Indígenas de Roraima, reunidos na 42ª. Assembleia Geral dos Povos Indígenas entre os dias 11 a 15 de março de 2013, no Centro Regional Lago do Caracaranã na Terra Indígena Raposa Serra do Sol - RR, na expectativa de ter um diálogo aberto, claro e transparente dos povos indígenas com o Estado Brasileiro, chamamos a atenção do Governo Federal para que adote medidas necessárias para as seguintes situações:

A regularização das terras indígenas é essencial para o bem estar e o exercício dos direitos fundamentais dos povos indígenas. Algumas terras indígenas foram demarcadas sem considerar critérios adequados, deixando comunidades indígenas separadas em forma de ilhas e sem acesso aos recursos naturais necessários. Em Roraima há 22 pedidos de ampliação já formalizados à Funai pertencentes às regiões do Amajari, Taiano, Serra da Lua e Murupu, para que incluam áreas necessárias para a sobrevivência física e cultural dessas e das futuras gerações.

Um caso emblemático que representa a luta dos Povos Indígenas de Roraima é o da Comunidade Indígena Lago da Praia que solicitou a revisão dos limites em 1999, e já na posse da área foi expulsa por ex-ocupantes da Terra Indígena Raposa Serra do Sol assentados pelo INCRA. É dever do Estado Brasileiro garantir as demarcações na forma correta das terras indígenas e adotar medidas específicas para o acesso, posse, uso e proteção desse direito, não se pode paralisar os procedimentos de demarcação das terras indígenas. Os artigos 231 e 232 da Constituição Federal foram conquistas fundamentais ao reconhecimento de direitos humanos específicos aos povos indígenas. Apesar disso, estão em risco pelas condicionantes estabelecidas no caso Raposa Serra do Sol, Ação Popular 3388/08 do STF, que foram incorporadas na Portaria 303 de iniciativa do poder executivo através da AGU, que interpreta como uma questão concluída e transitada em julgado tais condicionantes, pressionando o Poder Judiciário sobre todos os embargos declaratórios em trâmite no STF. Os setores anti-indígenas querem aplicar os efeitos das condicionantes a todas as terras indígenas e que tenham efeitos retroativos.

CONT.



“Queimaram nossas casas, mataram nossos parentes, mas não destruíram nossos sonhos”, assim se manifestam os que sofreram ações criminosas contra as comunidades para desistirem do reconhecimento das terras indígenas. As violências sofridas pelas comunidades indígenas continuam impunes; o exemplo disso é a absolvição dos acusados do assassinato do Macuxi Aldo da Silva Mota, no Tribunal do Júri em Roraima, que manifestaram opiniões contra a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Além disso, nenhuma condenação houve pela destruição das comunidades indígenas Homologação, Brilho do Sol e Insikiran em 2004, e do Centro Indígena de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol em 2005, e outros diversos atentados. Ao contrário disso, está havendo um processo de criminalização de lideranças indígenas, como no caso da liderança JAIRO PEREIRA DA SILVA, que está sendo processado por denúncia caluniosa por solicitar providências na Polícia Federal e investigação de atos criminosos contra a comunidade indígena Lago da Praia.

Os setores anti-indígenas atacam, considerando os povos indígenas, quilombolas e o meio ambiente como barreiras para acessar territórios, e querem tirar o poder de demarcação das terras pelo Poder Executivo e passar a responsabilidade para o Legislativo, para eles próprios decidirem se é ou não terra indígena, através da PEC 215/00 e PEC 038/99. O governo federal deve fazer uma articulação para que a tramitação destes Projetos de Emendas Constitucionais não avance. Os direitos indígenas não devem ser inseridos como acordos políticos a negociar apoio em demandas do Congresso Nacional. Proteger os bens indígenas é dever a ser feito pela União Federal através de ações sistematizadas em defesa dos direitos dos Povos Indígenas.

A forma de autonomia e prioridades devem ser estabelecidas pelos próprios povos indígenas, assim assegura a Constituição Federal e a Convenção 169 da OIT. O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) deve levar em consideração as legislações indigenistas vigentes e princípios da Declaração da ONU sobre Direitos dos Povos Indígenas. O modelo econômico de exploração dos recursos naturais tem sido um sistema que degrada o meio ambiente e viola direitos. Como exemplo disso, o projeto de mineração PL 1610/96 traz abusos visíveis aos direitos indígenas. A temática da mineração deve ter sua tramitação concomitante com o PL 2057/91 do Estatuto dos Povos Indígenas, por abranger direitos indígenas a serem protegidos e especificados. Existem várias propostas de leis que vem fragmentando o nosso Estatuto, inclusive com o apoio da base aliada do governo. Outro exemplo é a tentativa de construção de hidrelétricas em terras indígenas, como na Cachoeira de Tamanduá no interior da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (PDL 2540/2006).

Os Yanomami são contra a mineração em suas terras. Querem que todos os financiadores do garimpo ilegal sejam investigados pela Polícia Federal. Querem que os fazendeiros da região do Ajarani sejam retirados. Assim como outros povos, querem apoio do governo federal para elaborar e implementar um plano de gestão das suas terras.

Existe a necessidade de ter um marco regulatório que adeque a relação de parceria entre povos indígenas e poder público. Os processos movidos pelo TCU contra o CIR, URIHI, Diocese de Roraima e lideranças indígenas em razão de convênios assinados com a FUNASA e outros órgãos públicos são motivados por discriminação e perseguição política, com a impugnação de despesas realizadas há mais de dez anos, que eram permitidas e foram aprovadas na época,



como pagamento de horas de voo em pistas não homologadas, recontração dos profissionais de saúde, e multas bancárias motivadas por atraso nos repasses dos convênios. Estes convênios foram feitos atendendo ao convite do governo federal e implementaram importantes serviços sociais e influenciaram na construção das políticas públicas destinadas aos povos indígenas nos campos da saúde, saneamento básico e segurança alimentar, entre outros.

O governo deve intensificar as ações de proteção e vigilância das terras indígenas, para coibir as práticas de crimes contra comunidades indígenas, promovendo o reconhecimento dos agentes ambientais indígenas e o reforço das ações da Funai com Polícia Federal em fiscalizações periódicas.

Devem ser criadas linhas específicas de apoio às atividades econômicas sustentáveis dos povos indígenas, que realmente assegurem o acesso direto, com instrumentos adequados, e apoio aos planos de gestão territorial e ambiental das terras indígenas já construídos pelas comunidades indígenas.

A inclusão dos povos indígenas em programas de benefícios sociais deve ser avaliada visando a sua adequação às especificidades culturais de cada povo. Hoje se constata a existência de impactos negativos que causam desestabilização social e comprometem a soberania alimentar das comunidades. A crise que atravessa a política de atenção à saúde indígena ameaça a nossa organização social e a cultura indígena. O governo deve planejar e garantir serviços de assistência à saúde adequados, com garantia de recursos necessários baseada na realidade das comunidades indígenas, dando prioridade para a formação e contratação de pessoal de saúde das próprias comunidades indígenas.

O sistema educacional não atende as demandas específicas dos Povos Indígenas. É necessária a criação de um sistema próprio para Educação Escolar Indígena, garantindo assim a desvinculação e gerenciamento dos recursos financeiros nas 03 esferas governamentais. Os programas e serviços educacionais devem ser desenvolvidos em cooperação com as comunidades indígenas. A estrutura das escolas nas comunidades indígenas se encontra em condições precárias e indignas, com as aulas sendo ministradas em embaixo de árvores, sem material didático, falta de cadeiras e outros itens indispensáveis.

A participação indígena é a garantia do exercício do direito num estado democrático como o Brasil. A regulamentação do mecanismo de consulta é essencial para assegurar o direito de consentimento livre, prévio e informado, com a segurança do procedimento transparente, claro e adequado, direito ao veto e consulta com efeitos vinculantes em todas as medidas administrativas e legislativas que venham afetar os povos indígenas.

Nossa assembleia vem requerer que a Presidenta faça um sinal de respeito aos Povos Indígenas com a Revogação da Portaria 303/12 da AGU; que o Governo Federal destine recursos específicos para os planos de implementação do PNGATI, e a construção de planos de gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas; é fundamental que o governo concentre esforços para a aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas (PL 2057/91); e que até o dia 19 de abril, considerado Dia do Índio, edite as Portarias Declaratórias que se encontram no Ministério da Justiça e decrete a Homologação das Terras Indígenas que estão na dependência da Presidência da República em todo país.



Condsef debate Saúde Indígena, Gacen e Gecen em reuniões no Ministério da Saúde
SÍTIO TERRA, 14.03.2013

A Condsef, em conjunto com a CNTSS, participou de duas reuniões no Ministério da Saúde (MS) nesta quarta-feira. Foram pautados dois temas que mobilizam servidores lotados na Saúde e suas vinculadas: Saúde Indígena e Gacen e Gecen. A primeira reunião concentrou esforços nos debates sobre Saúde Indígena. O MS informou que foi encaminhado ao Ministério do Planejamento um pedido de concurso para a Secretaria de Saúde Indígena com 4.067 vagas. O concurso está previsto para acontecer ainda este ano. Pelo termo de ajuste de conduta assinado com o Ministério Público do Trabalho os concursados aprovados nesse certame devem ser convocados até o dia 31 de dezembro deste ano. Entre 2014 e 2015 devem ser realizados outros concursos uma vez que o governo terá que promover a substituição de 12.987 trabalhadores terceirizados que atuam na Saúde Indígena até o final de 2015.

A Condsef também cobrou o pagamento de diárias atrasadas que o MS deve há quase dois anos a trabalhadores, principalmente em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. A Sesai informou que este assunto está sendo analisado por sua consultoria jurídica e que um retorno deve ser dado aos trabalhadores assim que possível. As entidades sindicais denunciaram ainda o processo de terceirização que vem ocorrendo entre motoristas. Servidores na Saúde do Índio estão sendo deixados de lado em prol de terceirizados. As entidades destacaram a necessidade de que os concursados assumam suas funções e que se houver necessidade de mais motoristas que sejam abertas vagas para essa função no concurso que deve ser realizado este ano. As entidades também mostraram preocupação com o grande número de denúncias sobre assédio moral que vem ocorrendo por parte de gestores da Sesai. O MS se comprometeu a realizar um levantamento das denúncias e promover uma investigação na tentativa de inibir este comportamento danoso de assédio e perseguição a trabalhadores. Ainda na reunião que teve a Saúde Indígena como destaque, a criação de uma gratificação para a categoria voltou a ser abordada. O MS informou que possui duas propostas que estão sendo comparadas. No dia 2 de abril uma nova reunião vai tentar fechar uma proposta que seja consenso entre trabalhadores e governo.

Gacen e Gecen – A tarde os temas centrais da reunião com o MS foram as gratificações Gacen e Gecen, recebidas por servidores que atuam diretamente no combate a endemias. Após muitos debates, foi fechada uma proposta que altera a Portaria 630/11, que regulamenta critérios de concessão para pagamento dessas gratificações. Muitas sugestões apresentadas pela Condsef foram acatadas, entre elas a necessidade de se alterar critérios para pagamento dessas gratificações a servidores cedidos a estados e municípios.

Os técnicos do MS devem agora levar a proposta para apreciação de outros setores do ministério e ao ministro Alexandre Padilha para que ela possa ser publicada no Diário Oficial da União com as devidas alterações. O MS informou que pretende oficializar o quanto antes as alterações, mas uma data não foi estabelecida. Portanto, as cobranças para que a publicação ocorra com urgência vão continuar.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 046 / 2013

Brasília, 15 de março de 2013.

O próximo passo é buscar alterações na Lei 11.784/08 que possibilite a inclusão de outros cargos para receber a Gacen e Gecen, além de alterações necessárias no texto da Lei. Os debates para que isso ocorra devem continuar entre as entidades sindicais, o MS, a Funasa e o Planejamento e estão previstos no cronograma de reuniões que vão negociar itens contidos em termo de acordo assinado (nº11) assinado entre Condsef e Planejamento no ano passado.

Como venho dizendo faz muito tempo, a CONDSEF e nossos representantes sindicais (se é que existem) só pensam em GACEN, bem como só olham pros seus próprios umbigos. Sabe-se que Sérgio Ronaldo (CONDSEF), Josezito (Presidente do Sintserf) são Agentes de Saúde Pública, por isto tanto interesse pela GACEN. Os administrativos nem sequer são lembrados por este pessoal, acorda gente!



Indígenas buscam Defensoria Pública para retificação de Registro Civil

SÍTIO SURGIU, 14.03.2013

Um grupo de indígenas da comunidade Apinajé esteve no Núcleo Regional da Defensoria Pública em Tocantinópolis nesta quarta-feira, 11, para solicitar a retificação de registro de assentamento civil, por se tratar de erro evidente na escrita dos sobrenomes desses Assistidos. A defensora pública Denize Souza Leite prestou o atendimento.

“É extremamente gratificante atender aos indígenas e garantir que tenham acesso aos seus direitos constitucionais e, à medida que a demanda cresce, nosso trabalho se torna mais reconhecido e reflete a urgência de ampliarmos e intensificarmos nossa atuação”, afirmou a Defensora Pública.

Os indígenas foram levados à Defensoria Pública pela Fundação Nacional do Índio – Funai.

Apinajés

Os Apinajés vivem na região Norte do Estado, em área de reserva que abrange parte dos municípios de Tocantinópolis, Maurilândia, Cachoeirinha e Lagoa de São Bento, somando 141.904 hectares em sete aldeias. Também pertencem ao tronco lingüístico Macro-Jê. (Fonte: Portal do Tocantins)



Quilombolas fazem acordo e deixam sede do Incra, em São Luís

SÍTIO G1, 14.03.2013

Quilombolas que estavam acampados há três dias na sede do Incra, em São Luís, fizeram, nesta quinta-feira (14), um acordo com a Superintendência do Instituto e deixaram o local. Na oportunidade, foi assinado um Termo de Compromisso para a realização de laudos que vão garantir a posse da terra aos moradores das comunidades.

Mais de 150 representantes de comunidades quilombolas de 61 municípios da Baixada Maranhense, reivindicam agilidade na elaboração de relatórios antropológicos para a titulação de terras quilombolas. "Não há outro caminho que não seja esse laudo antropológico", completou o quilombola João da Cruz

Por meio de um acordo firmado em 2011, com o movimento Quilombolas do Maranhão, o Incra se comprometeu a executar 54 relatórios antropológicos até novembro do ano passado. Mas, até o momento, somente 18 relatórios antropológicos estão em fase de elaboração.

Trinta e seis relatórios, entre eles, 20 - de responsabilidade da Superintendência Regional do Incra, em São Luís - nem chegaram a ser iniciados. Segundo o órgão, por falta de antropólogos e de recursos financeiros.

Com a assinatura do Termo de Compromisso, os manifestantes deixaram a sede do Incra e o Instituto prometeu agilizar a elaboração dos relatórios. "Novos antropólogos já foram nomeados e só faltam tomar posse e em 90 dias são suficientes para lançar o edital e elaborar esses 20 laudos", justificou o Superintendente do Incra, José Inácio Rodrigues.



Cultura de comunidades quilombolas é retratada em Exposição fotográfica

SÍTIO SURGIU, 14.03.2013

A cultura, as festas populares, as comidas típicas e a simplicidade da população quilombola do Tocantins está sendo retratada na exposição fotográfica "Populações Tradicionais do Tocantins: Cultura e Saberes de Comunidades Quilombolas". A mostra foi aberta na noite desta terça-feira, 12, no corredor cultural do bloco VI do campus da Universidade Federal do Tocantins em Palmas.

Com vinte e uma telas a exposição é resultado de uma pesquisa sociocultural realizada por uma equipe multidisciplinar de pesquisadores da UFT com o apoio do Governo do Tocantins, por meio da Sedecti- Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação e do CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. A exposição, que será itinerante, estará na Capital por duas semanas e depois percorrerá outros Campi da UFT.

Dos vinte grupos já reconhecidos como remanescentes de quilombolas no Tocantins as imagens, que foram produzidas pela artista Lucia Rocha, mostram o dia-a-dia das comunidades quilombolas Malhadinho e Córrego Fundo, em Brejinho de Nazaré; Morro de São João, localizada no município de Santa Rosa do Tocantins; e Redenção, que fica no município de Natividade do Tocantins.

Segundo a coordenadora da pesquisa, Karylleila dos Santos Andrade, as comunidades de Mimoso e Kalunga, localizadas no município de Arraias 413 km de Palmas, e Mumbuca, Formiga, Carrapato e Ambrósio, localizadas no município de Mateiros, na região do Jalapão, também serão temas de outra exposição fotográfica prevista no projeto de pesquisa. A pesquisadora explica que, "a idéia é dar visibilidade a esta população que tem tanto a nos ensinar sobre cultura, religiosidade, artesanato, culinária e etc", destaca a professora.

A estudante do 6º período de Comunicação Social na UFT, Camila Soares, ficou encantada com a beleza das fotos e disse, "através dessa exposição a gente consegue visualizar a realidade do nosso povo quilombola. E isso com certeza vai contribuir muito para minha formação enquanto comunicóloga", conta a estudante que também é fotógrafa.

Desenvolvida com o apoio da Secretaria Estadual do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação por meio do PPP – Programa Primeiros Projetos, desenvolvido em parceria com o CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a pesquisa tem o objetivo de sistematizar o conhecimento dos povos quilombolas do ponto de vista acadêmico e intelectual, para que a sociedade conheça as práticas culturais e sociais da população afro descendente.

O estudo contou ainda com a participação das pesquisadoras Kátia Maia Flores, doutora em História, e Roseli Bdnar, mestre em Literatura, além de alunos dos cursos de Artes e Filosofia da Universidade. No primeiro momento foi realizado um contato de reconhecimento para que a comunidade percebesse a importância da pesquisa para o local.



Primeira orquestra quilombola do Brasil recebe patrocínio do Oi Futuro

SÍTIO DIARIODAAMAPA, 14.03.2013

O projeto Sistema de Bandas e Orquestras do Estado do Amapá, que tem o patrocínio do Oi Futuro, por meio do programa Oi Novos Brasis, recebeu o prêmio Anu Dourado 2013, realizado pela Cufa (Central Única das Favelas). O projeto formou a primeira orquestra quilombola do Brasil, com o ensino de música erudita para crianças e jovens da comunidade do Curiaú. O Anu Dourado premia os projetos sociais mais bem desenvolvidos nas comunidades brasileiras.

O Sistema de Bandas e Orquestras do Estado do Amapá foi criado pelo maestro Elias Sampaio, e teve o seu início no Curiaú, região remanescente de quilombo, em julho de 2012, com aulas de instrumentos de cordas, sopro, percussão sinfônica e musicalização com flauta doce. Com o patrocínio da Oi, o projeto pode comprar os 145 instrumentos musicais novos para formar a orquestra composta por violino, violas, violoncelos, contrabaixo acústico, flauta transversal, clarineta, trompetes, trombone, tuba, tímpanos, bumbo, piano elétrico, metalofone, castanholas e pandeiro sinfônico.

Ideia – O projeto começou com a ideia de ocupar com música o tempo ocioso dos jovens. “O prêmio Anu Dourado vem reconhecer o trabalho que o Oi Futuro, através do Oi Novos Brasis, realiza em todo o território nacional, em parcerias com organizações sem fins lucrativos para apoiar ideias inovadoras que contribuam para o desenvolvimento humano”, afirmou Bruno Diehl, gerente da seleção de patrocínios do Oi Futuro.

Atualmente, as aulas do projeto acontecem na Escola Estadual José Bonifácio, que fica dentro da comunidade, localizada há cerca de 30 minutos de carro do centro de Macapá. A Orquestra Quilombola do Curiaú conta com a participação de 200 crianças e jovens. O coral infantil é formado por alunos da 1º a 4º série, e a orquestra, por alunos da 5º a 8º série, em uma faixa etária que vai de 7 a 17 anos. Apesar de estar ativa há apenas sete meses, a iniciativa já reflete mudanças positivas na comunidade, como a integração dos pais com a escola. “Agora, nas atividades e apresentações da orquestra pelo estado temos que alugar dois ônibus: um para os alunos e outro para os pais. Dá para sentir que mexeu com a autoestima de todos”, conta o Maestro Elias Sampaio, da Associação Educacional e Cultural Essência e criador do Sistema. “O envolvimento dos pais é tamanho que, em breve, eles formarão um coral afro”.

Depois do Prêmio Anu Dourado, recebido no Rio de Janeiro, o Maestro já pensa nos próximos passos da Orquestra. “O próximo passo é transformar os integrantes da Orquestra que terminam a 8º série ou completam 17 anos em monitores, para que possam receber algum incentivo financeiro para multiplicar os ensinamentos e continuar envolvidos com a música”.